

Os pescadores artesanais e a Reserva Extrativista Marinha de Itaipu-Niterói (RJ): os saberes que emergem dos conflitos socioambientais

The artisanal fishermen and the Marine Extractive Reserve of Itaipu-Niterói (RJ): the knowledge that emerges from social environmental conflicts

Pescadores artesanales y la Reserva Extractiva Marina Itaipu-Niterói (RJ): el conocimiento que emerge de los conflictos socioambientales

Juliana Lopes Latini da SILVA¹
Marcelo Aranda STORTTI²

Submetido em: 31/07/2025

Aceito em: 01/09/2025

Publicado em: 30/09/2025

RESUMO

A praia de Itaipu está localizada em Niterói, no estado do Rio de Janeiro. Essa região possui a tradição da pesca artesanal há gerações, mas desde a década de 1940, vem sofrendo com sucessivos impactos, como a especulação imobiliária, a urbanização, a pesca industrial, a poluição etc. A partir da década de 1990, os pescadores artesanais iniciaram a luta pela criação da Reserva Extrativista Marinha

¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO/ Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu).

² CETEAL/GEASUR (UNIRIO).



de Itaipu, que somente se concretizou em 2013. A pesquisa de cunho qualitativo, pautou-se em uma inicial revisão de artigos sobre esse tema, visitas a campo, observação participante (Brandão, 1999) e realização de entrevista semi estruturada (Minayo, 1994) com pescadores artesanais, antigo e atual gestores dessa unidade de conservação. Para analisar as informações construídas nesse processo metodológico, utilizamos a autora Laurence Bardin (1970) e sua proposta de análise de conteúdos. Após escuta sensível, transcrição e releituras das entrevistas e de análises de informações disponíveis na internet, foi possível identificar duas grandes categorias: os conflitos ambientais e as educações ambientais desenvolvidas pela gestão da RESEX-Mar Itaipu e parceiros. Após doze anos de criação dessa unidade de conservação, esse artigo busca responder às seguintes questões: Quais são as práticas sociais e educativas que emergem deste conflito? E, mais especificamente, que macro-tendências da Educação Ambiental (Layrargues; Lima, 2014) estão sendo acionadas neste processo? Ressaltou-se a importância de um maior diálogo com os pescadores artesanais para investigar que Educação Ambiental eles desenvolvem, valorizando a sociodiversidade local e as tradições culturais, destacando o seu “*maretório*”.

Palavras-chave: Conflito Socioambiental; Educação Ambiental; Pescadores Artesanais; Praia de Itaipu; Reserva Extrativista Marinha.

ABSTRACT

Itaipu Beach is located in Niterói, in the state of Rio de Janeiro. This region has a tradition of artisanal fishing for generations, but since the 1940s, it has been suffering from successive impacts such as real estate speculation, urbanization, industrial fishing, pollution, among others. Starting in 1990s onwards, artisanal fishermen began the struggle for the creation of the Itaipu Marine Extractive Reserve, which only materialized in 2013. The qualitative research was based on an initial review of articles on this topic, field visits, participant observation (Brandão, 1999), and semi-structured interviews (Minayo, 1994) with artisanal fishermen, former and current managers of this conservation unit. To analyze the information constructed through this methodological process, we used the author Laurence Bardin (1970) and her content analysis proposal. Following attentive listening, transcription, and re-readings of the interviews and analysis of information available on the internet, it was possible to identify two major categories: environmental conflicts and environmental education developed by the management of the Itaipu RESEX-Mar and partners. Twelve years after the creation of this conservation unit, this article seeks to answer the following questions: What social and educational practices emerge from this conflict? And, more specifically, what macro-trends in Environmental Education (Layrargues; Lima, 2014) are being activated in this process? The importance of greater dialogue with artisanal fishermen was emphasized to investigate the Environmental Education they develop, valuing local sociodiversity and cultural traditions, and highlighting their “*maretório*.”



Keywords: Artisanal Fishermen; Environmental Education; Itaipu Beach; Marine Extractive Reserve; Socio-environmental Conflict.

RESUMEN

La playa de Itaipu está ubicada en Niterói, en el estado de Rio de Janeiro. Esta región tiene la tradición de la pesca artesanal desde hace generaciones, pero desde la década de los 40 ha estado sufriendo sucesivos impactos, como la especulación inmobiliaria, la urbanización, la pesca industrial, la contaminación, etc. A partir de la década de los 90, los pescadores artesanales iniciaron la lucha por la creación de la Reserva Extractivista Marina de Itaipu, que sólo se concretó en 2013. La investigación de carácter cualitativo se basó en una revisión inicial de artículos sobre este tema, visitas de campo, observación participante (Brandão, 1999) y realización de entrevistas semi estructuradas (Minayo, 1994) con pescadores artesanales, antiguos y actuales gestores de esta unidad de conservación. Para analizar la información construida en este proceso metodológico, utilizamos a la autora Laurence Bardin (1970) y su propuesta de análisis de contenidos. Después de la escucha sensible, transcripción y relecturas de las entrevistas y de los análisis de información disponibles en internet, fue posible identificar dos grandes categorías: los conflictos ambientales y las educaciones ambientales desarrolladas por la gestión de la RESEX Mar Itaipu y socios. Después de doce años de creación de esta unidad de conservación, este artículo busca responder a las siguientes preguntas: ¿Cuáles son las prácticas sociales y educativas que emergen en este conflicto?, y, más específicamente, ¿qué macrotendencias de la Educación Ambiental (Layrargues; Lima, 2014) se están activando en este proceso?. Se destacó la importancia de un mayor diálogo con los pescadores artesanales para investigar la Educación Ambiental que desarrollan, valorando la sociodiversidad local y las tradiciones culturales, y destacando su “*maretório*”.

Palabras clave: Conflicto Socioambiental; Educación Ambiental; Pescadores Artesanales; Playa de Itaipú; Reserva Extractivista Marina.

1 INTRODUÇÃO

A praia e a lagoa de Itaipu estão localizadas na região oceânica de Niterói, na área metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Destaca-se por sua biodiversidade e pelas muitas espécies que podem ser utilizadas na alimentação. Desde as primeiras populações que caminharam pela praia de Itaipu e adjacências, a pesca



foi se tornando uma tradição para as gerações. Passaram então a formar a vila, onde a tradição da pesca se perpetua até os dias de hoje.

Nesse contexto, é possível observar diversos conflitos socioambientais que ocorreram ao longo do tempo envolvendo esses pescadores. Houve diversas questões que os afligiam, como por exemplo: a disputa imobiliária, os problemas com grandes empresas e a luta pela criação da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu (RESEX-MAR Itaipu) (Latini, 2006). Sobre esta que é a primeira reserva marinha estadual do Brasil e a única dessa categoria no estado do Rio de Janeiro, Simão (2015) explica que o processo de institucionalização dessa RESEX, foi inicialmente proposto pelos próprios pescadores, porém ocorreram diversos conflitos nesse período, que na nossa observação se estenderam até os dias atuais. Aprofundando essa análise Pinto, Moraes e Irving (2015) explicitam que os conflitos ficaram mais evidentes ao longo do processo, em especial durante a consulta pública. Naquela ocasião, ocorreram manifestações contra a criação dessa Unidade de Conservação (UC), com acusações e ameaças entre dirigentes de diferentes colônias de pescadores, Z-7 e Z-9, e grupos a favor da sua criação.

Ao buscarmos na literatura sobre a temática de conflitos ambientais e unidades de conservação em diálogo com a educação ambiental (EA), observamos que já foram feitos estudos sobre esse tema, em especial, destacamos três artigos que fazem uma revisão da literatura. O primeiro, de Cosenza e Martins (2012), investiga os múltiplos sentidos relacionados a essa temática em revistas científicas do campo da EA até o ano de 2011. Os resultados dessas autoras mostraram que nessa época a produção científica era pequena nas revistas levantadas por elas e que o foco estava relacionado em repensar percepções e ações de EA tradicionais, que segundo essas autoras poderia estar sendo utilizada para a alienação e desigualdade socioambientais.

A investigação de Silva, Cosenza e Pinto (2017) em relação aos resumos e/ou palavras-chave (“Conflito Ambiental”, “Justiça Ambiental” e “Racismo Ambiental”),



ao longo de oito edições (2001–2015) dos anais dos Encontros de Educação Ambiental disponíveis online no site oficial do Encontro Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA), também mostrou que ocorreu um aumento do número de artigos sobre esses temas. No entanto, tais artigos não refletiam aprofundadamente sobre a questão das desigualdades socioambientais e, ainda, promoviam um processo de invisibilidade dos conflitos ambientais e dos atores sociais envolvidos neles.

O terceiro artigo, de Silva e Avanzi (2023), expôs um panorama sobre conflitos socioambientais e EA a partir das produções acadêmicas disponíveis no banco de dissertações e teses da plataforma Educação Ambiental Estado da Arte no Brasil (EArte) no período de 2003 e 2018. A partir do uso da palavra-chave “conflitos socioambientais”, o estudo realizou o levantamento bibliográfico de 40 trabalhos, dos quais 11 tratavam de conflitos socioambientais em áreas protegidas e outros 11 no ambiente escolar. Em relação aos sujeitos de pesquisa, o estudo revelou que havia maior recorrência de pessoas que moravam nos territórios investigados.

Ao realizar essa inicial revisão de literatura e associá-la aos doze anos de existência e de conflitos socioambientais entre pescadores e a Reserva Extrativista Marinha de Itaipu, buscamos responder às seguintes questões: Quais são as práticas sociais e educativas que emergem deste conflito? E, mais especificamente, que macro-tendências da EA (Layrargues; Lima, 2014) estão sendo acionadas neste processo?

Logo, o objetivo deste artigo foi analisar as práticas sociais e educativas, em especial a EA, que emergem da luta social entre pescadores, a Reserva Extrativista Marinha de Itaipu e demais instituições, tanto públicas, quanto privadas.

2 MÉTODO

Para que seja possível analisar os conflitos e desafios para a gestão da área protegida, Pinto, Moraes e Irving (2015) indicaram a necessidade de futuras



pesquisas, pautadas em entrevistas com os pescadores artesanais e interlocutores institucionais para interpretar o papel da RESEX Marinha de Itaipu para a gestão da biodiversidade costeira e marinha. Sendo assim, essa pesquisa de cunho qualitativo, pautou-se em uma inicial revisão de artigos sobre esse tema, visitas a campo, observação participante (Brandão, 1999), diário de campo e realização de entrevista semi estruturada (Minayo, 1994) com pescadores artesanais e com a antiga e a atual gestão dessa unidade de conservação.

Para analisar as informações construídas nesse processo metodológico, utilizamos a autora Laurence Bardin (1970) e sua proposta de análise de conteúdo. A construção dos dados desse artigo se deu com base nas orientações dessa autora, inicialmente pela escuta sensível das respostas dos diferentes sujeitos sociais desse território. Em seguida, buscou a organização das informações fornecidas por eles, que, de início, foram submetidas a leituras flutuantes, e, posteriormente, a um “mergulho” sobre temas divergentes e em comum, possibilitando uma de/codificação. Por último, foi realizada uma categorização temática dessas informações, estabelecendo uma classificação de forma hierarquizada, onde os temas estabelecidos foram refletidos com base nas pesquisas anteriores desse campo e com os autores escolhidos para compor o referencial teórico desta investigação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após escuta sensível, transcrição e releituras das entrevistas e de análises de informações disponíveis na internet, foi possível identificar duas grandes categorias: os conflitos ambientais e as educações ambientais desenvolvidas pela gestão da RESEX-Mar Itaipu. Abaixo, analisaremos ambas de forma pormenorizada.

3.1. CONFLITOS AMBIENTAIS E A (RE)EXISTÊNCIA DOS PESCADORES ARTESANAIS DE ITAIPU



No início do século XX, em 1921, foi fundada a Colônia de Pescadores de Itaipu, definindo-a como área que desenvolve intensa e tradicional atividade pesqueira. As Colônias de Pescadores têm origem em 1912, mas foi a partir de 1920, quando os Serviços de Pesca passaram a ser subordinados ao Ministério da Marinha, que se multiplicaram pelo litoral (Pessanha, 1977). Ainda na década de 1920, foi aberta a estrada que estabeleceu a ligação entre a Praia de Itaipu e o centro de Niterói, pois até então o acesso ao local se dava pelo mar ou por trilhas.

Na década de 1940, a cidade passou por um progressivo processo de urbanização que provocou grandes impactos a essa comunidade de pescadores. Na década de 1960, toda a região em volta da lagoa de Itaipu foi loteada e urbanizada pela companhia imobiliária Veplan. Como resultado, a empresa retirou todos os moradores de suas terras, na maioria pescadores, e conseguiu que o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) construísse um canal para dividir a praia em duas partes: Praia de Itaipu e Praia de Camboinhas. E como ressalta Acselrad (2004a), sobre esses casos de impactos em uma comunidade tradicional, um caso de injustiça ambiental, onde políticas ambientais e urbanísticas diante da prática social das forças de mercado, nesse caso, o imobiliário, gerou impactos socioambientais desproporcionais sobre as comunidades populares ou tradicionais, como os pescadores, e concentrou os riscos ambientais sobre esses grupos e os benefícios para os com maior poder econômico e político.

Desde então, a região, chamada de “núcleo de Itaipu”, restringiu-se ao canto esquerdo da praia, na área aforada pela Colônia e sob domínio da União. Neste “canto”, localizam-se as moradias dos pescadores remanescentes, assim como os barracões de pesca e canoas (Kant de Lima; Pereira, 1997).

No final dos anos 80, juntamente aos debates da Constituinte, as colônias de pescadores deixaram de ser autarquias, viraram entidade sindical de classe e de livre adesão, como relatou o pescador Jairo Augusto da Silva, em conversa pessoal.



Os pescadores de Itaipu começaram a se mobilizar para resistir às ameaças em curso e articularam diversas ações, como, por exemplo, a criação da Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu (ALPAPI), em 1988, sob as orientações do Frei Alfredo Schnuttgen, da Pastoral da Pesca, e os projetos de maricultura (Kant de Lima & Pereira, 1997; Latini, 2006).

Henri Acselrad explica que muitos grupos sociais poderosos entendem o problema ambiental, como uma oportunidade de realizar um bom negócio, buscando construir consensos, sobre as narrativas, supostas vantagens entre outras questões, entre as organizações do território, nesse caso os pescadores, na tentativa de se evitar o conflito. Para esse autor, essa prática social pode despolitizar a questão socioambiental central e, conseqüentemente, dirimir um possível conflito ambiental (Acserald, 2004b). Essa estratégia pode ser observada de diferentes formas, até mesmo na criação de uma unidade de conservação que pode tirar os direitos territoriais de uma região e passar para a mão do Estado que, por sua vez, pode mudar esses limites e usar dele para os seus interesses ou de empresas, se for supostamente do interesse nacional (Stortti; Barbosa, 2022).

No final da década de 1990, sob influência das discussões suscitadas na Eco-92, a ALPAPI, sob a liderança do pescador Jorge Nunes da Silva (Seu Chico), iniciou um movimento pela criação da Reserva Extrativista Marinha em Itaipu (RESEX-MAR) como um caminho para proteger a comunidade de pescadores das ameaças em curso, como referidas anteriormente.

Na ocasião, a ALPAPI teve o apoio da equipe do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP), que está vinculado academicamente ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF). Além disso, contou com o exemplo do processo de criação da Resex-Mar em Arraial do Cabo, que por ser federal, fora conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Contudo, esse primeiro movimento foi suspenso em função de disputas internas entre a Colônia de



Pescadores Z-7 e a ALPAPI. Em 1999, a Colônia de Pescadores Z-7, vinculada à Federação Estadual dos Pescadores do Rio de Janeiro (FEPERJ), se opôs à criação da RESEX questionando junto ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT/IBAMA) a validade desse processo (Pinto, Moraes e Irving, 2015).

De acordo com o Estudo Técnico para a criação da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu - Resex-Mar Itaipu, a ALPAPI conseguiu que o processo fosse oficialmente reaberto no CNPT em 2004, por outra Superintendência Regional do IBAMA. Mas, novamente, não se concretizou devido às disputas entre a Colônia Z-7 e ALPAPI; tendo essa disputa se judicializado com um pedido de ação civil pública contra esse processo da criação da Resex Marinha de Itaipu (INEA, 2015 *apud* Pinto, Moraes e Irving, 2015) e, no nosso entendimento, paralisando o processo de constituição dessa U.C.

A partir de 2010, com o cenário de mobilização nacional decorrente da criação da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM) e de outras variáveis favoráveis no estado do Rio de Janeiro³, os pescadores artesanais de Itaipu ganharam um novo fôlego para retomar as articulações em prol da criação da Resex-Mar Itaipu, mas, dessa vez, pela esfera estadual.

Simão (2015) acrescentou que esta última tentativa de criação da Resex não foi ausente de conflitos. Segundo a autora, que também atuou como coordenadora geral do processo de criação, os conflitos ambientais evidenciados foram semelhantes aos de 2004, mas, destacou que gradativamente os pescadores artesanais aderiram à pauta da Resex-Mar Itaipu como uma solução mediante às

³ As ações do então Secretário Carlos Minc, na Secretaria Estadual do Ambiente (SEA), junto aos debates para a consolidação da gestão do Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET), uma UC gerenciada pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), como, por exemplo: a negociação para a permanência dos pescadores residentes do Morro das Andorinhas e a discussão da inclusão das ilhas do Pai, da Mãe e da Menina no Parque, que proporcionaria uma condição prévia de infra-estrutura já existente no PESET (INEA, 2013 *apud* Pinto et al, 2015).

ameaças apresentadas pela pesca industrial, pela expansão imobiliária, pelos grandes empreendimentos e pela poluição das águas.

A Resex-Mar Itaipu foi criada em 30 de setembro de 2013 (Decreto nº 44.417) compreendendo a área marinha adjacente às praias de Itaipu, Itacoatiara, Camboinhas e Piratininga, assim como a Lagoa de Itaipu, sob a administração do Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA).

Os aspectos que contribuíram para a sua criação foram a existência do Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET), que formaria com a Resex-Mar um reforço de proteção ambiental e a valorização do patrimônio sociocultural das comunidades tradicionais. Diante desse histórico, Simão (2015, p. 3) alertou que caberá ao INEA, órgão gestor da RESEX, “uma gestão pública voltada aos conflitos”. Pensando nessas questões, buscamos identificar que EA está sendo desenvolvida pela gestão governamental dessa reserva.

3.2. Educações ambientais da gestão da Resex-Mar Itaipu: consensos e diluições.

Ao conversarmos com pescadores como Jairo Augusto da Silva e Mauro Souza (Maurinho), assim como antigos e atuais gestores dessa Resex, foi possível identificar várias educações ambientais sendo praticadas que dialogam com as macro-tendências, como aponta Layrargues e Lima (2014). Sobre essa questão Stortti e Menezes (2016) afirmam que as dimensões pedagógicas dos conflitos ambientais podem ser incorporadas durante as práticas educativas, contribuindo na publicização dos problemas, danos e das necessidades das populações que lutam por justiça ambiental, amenizando ou eliminando os riscos à saúde e ao modo de vida desses grupos.

Como foi explicado durante as entrevistas com o antigo gestor e a atual gestora dessa U.C., as ações de EA desenvolvidas pela gestão pública dessa reserva ocorrem em espaços como a praia e as escolas. Em conversa com André



Jório, o gestor da unidade que atuou entre fevereiro de 2021 e dezembro de 2023, explicou-se que as ações de Educação Ambiental foram iniciadas em 2021 (Quadro 1).

Quadro 1: Conversa informal com André Jório.

[...] “No segundo ano do plano de ação foi criado a Educação Ambiental e foi feito um Roteiro junto com pescadores tradicionais. [...] Os roteiros eram realizados de acordo com a idade dos visitantes que costumavam ser conduzidos ao Morro das Andorinhas ou à Lagoa de Itaipu.

Fonte: Fala de André Jório, em conversa informal, em junho de 2024.

Esse antigo gestor, que possui formação em Educação Física, informou que pensou em um plano de ação e roteiro junto aos pescadores artesanais. Esses roteiros eram realizados para atender a demanda de escolas da região. As quais, ao realizar o agendamento da visita, informaram a idade dos estudantes e o interesse pedagógico em questão. Em geral, os principais atrativos escolhidos eram o percurso pela lagoa e pela praia de Itaipu ou a subida ao Morro das Andorinhas, que também é ocupado por uma comunidade tradicional vinculada aos pescadores. Nessas visitas, separava-se um momento para os discentes conversarem com os pescadores artesanais, que, em geral, costumavam ser Seu Chico, Maurinho, Jairo ou Reni.

A partir de 2021, a gestão da Resex-Mar Itaipu também passou a divulgar as ações voltadas para a EA nas mídias sociais, como por exemplo, a página oficial da unidade no Instagram. No quadro a seguir, é possível observar a divulgação de um Programa de Educação Ambiental, acompanhado pelo registro da parte do roteiro em que os discentes conversam com o pescador Maurinho, na Praia de Itaipu (Quadro 2).

Quadro 02: Postagem da RESEX-MAR Itaipu sobre atividade de Educação Ambiental.

“A educação ambiental possibilita uma nova visão sobre o mundo a partir do conhecimento de novos modos de vida, consumo, produção e também de alternativas que viabilizam nossa existência. Você sabia que a RESEX Itaipu tem um Programa de Educação Ambiental



também?”. Niterói, 28 abr. 2022. Instagram: @resexitaipu.

Fonte: Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cc54SEOLu6T/?img_index=3. Acesso em: 20 jul. 2025.

Nesses momentos, durante a nossa observação participante, após acompanhar três atividades dessa EA, foi possível ouvir que os estudantes demonstraram mais interesse pelos peixes da localidade, questionando seu tamanho e outras informações biológicas. Dentre essas atividades, observamos uma proposta de EA desenvolvida pela Resex-Mar que foi realizada em parceria com o Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET) e com pesquisadores de uma ONG local voltada para a proteção das tartarugas marinhas, denominada Aruanã. Nessa ação educativa, os focos principais eram as tartarugas marinhas da região e o manguezal, ressaltando os aspectos biológicos e ecológicos deles.

Quadro 03: Postagem da RESEX-MAR Itaipu sobre ações de EA.

“Foi um mês repleto de atividades em 2022. Foram promovidas diversas atividades na Resex, como webinar, mutirões de limpeza, plantio, educação ambiental e apoio em projetos parceiros e da comunidade de pescadores artesanais.” Niterói, 30 jun. 2022. Instagram: @resexitaipu.

Fonte: Disponível em: https://www.instagram.com/p/CfcCYJsLGxa/?img_index=5. Acesso em: 25 jul. 2025.

As ações educativas realizadas na Praia de Itaipu são comuns e já ocorrem há muitos anos. Faz parte do cotidiano ter estudantes e professores realizando visitas no local, tanto da escola básica, quanto do ensino superior. Observa-se que alguns pescadores artesanais são muito receptivos em acolher tais atividades. No quadro abaixo (Quadro 04), o pescador Mauro analisa essa parceria com as ações

de EA ao longo da sua trajetória, sobretudo voltadas para a proteção da tartaruga marinha.

Quadro 04: O pescador Mauro comenta sobre a antiga parceria que tem estabelecido com esses projetos de EA.

“[...] antes a gente não tinha Educação Ambiental, a gente não sabia de nada, a gente pegava as tartarugas e comia assada, aí a gente foi aprendendo a afastar a rede da pedra, a quando tirar ele e estiver viva soltar ela. [...] eu conheci o projeto há quinze anos passados [...] pediu se eu poderia fazer uma mini rede para pegar a tartaruga para ela fazer estudo e pegando elas de três em três meses [...] quando a gente chega com a rede de arrastão eles vem e espera o peixe soltar e comem é uma parceria que a tartaruga tem”.

Fonte: Conversa informal com Mauro Souza.

Buscando refletir sobre essas atividades pedagógicas, podemos mergulhar no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000), pois o mesmo fornece as orientações sobre o que cada Unidade de Conservação pode fazer, sendo que uma das atividades a serem desenvolvidas é a EA. Segundo Philippe Layrargues e Gustavo Lima, a EA pode ser compreendida por meio de três diferentes macro-tendências, isto é, conservacionista, pragmática e crítica.

Pelos relatos anteriormente citados, podemos supor que a visão do governo estadual que administra essa U.C., está associada a ideia da conservação das espécies marinhas e dos seus ecossistemas, podendo ser classificada como descrevemos acima como uma macro-tendência conservacionista, isto é, “uma prática educativa que tinha como horizonte o despertar de uma nova sensibilidade humana para com a natureza, desenvolvendo-se a lógica do “conhecer para amar, amar para preservar”, orientada pela conscientização “ecológica” e tendo por base a ciência ecológica” (Layrargues; Lima, 2014, p. 27).

Em novembro de 2023, a Resex-Mar iniciou a primeira gestão feminina, sob a chefia de Beatriz Verçosa Maciel, que possui uma trajetória na unidade desde 2016, quando atuou como voluntária e depois como Guarda-Parque. A atual gestora

explicou que deu continuidade às atividades de EA com as escolas e com crianças que estão na praia (Quadro 05).

Quadro 05: Conversa informal com Beatriz Verçosa Maciel sobre atividades de EA.

[...] “Em geral, realiza um circuito (trilha) que se inicia no “deck” da Praia de Itaipu, passa pela exposição taxidermizada da fauna da região, pela colônia dos pescadores e no final dessa caminhada volta para o “deck”. Ao longo desse percurso, mostra as fotos antigas dos pescadores impressas em cerâmicas, conta-se um pouco da história da região e incentiva a compra do pescado realizado pelos pescadores tradicionais”.

Fonte: Fala de Beatriz Verçosa Maciel, em conversa informal, em agosto de 2024.

Segundo essa atual gestora (durante a entrevista), eles não estão presentes todos os dias em Itaipu, pois não possuem uma sede própria no local, mas contam com uma sala de apoio na praia cedida pela Prefeitura de Niterói por três dias da semana. Atualmente, a sede da Resex-Mar Itaipu está localizada em Itaipuaçu, no município vizinho de Maricá, junto com as sedes do Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET) e da Área de Proteção Ambiental (APA) de Maricá. Nos dias que estão presentes na praia de Itaipu, a equipe da Resex atende às solicitações de atividades de EA que foram agendadas previamente. Algumas dessas ações foram divulgadas em postagens nas mídias sociais oficiais da U.C. (Quadro 06).

Quadro 06: Página oficial da Resex-Mar Itaipu no Instagram divulga ações de EA.

“Semana do Meio Ambiente Resex. Hoje realizamos a inauguração da exposição de animais taxidermizados contamos com a presença ilustre dos nossos parceiros que fizeram esse evento acontecer. [...] Estamos muito orgulhosos de ver a educação ambiental da Resex tomando forma.” Niterói, 07 jun. 2024. Instagram: @resexitaipu.

Fonte: Disponível em: https://www.instagram.com/p/C77Mcz6REIx/?img_index=9. Acesso em: 24 jul. 2025.

Em relação à EA que ocorre nas arenas públicas das UCs, podemos destacar que pode emergir outras formas de pensar a gestão pública e a EA, em especial uma vertente do pensamento crítico, que foi denominada de educação ambiental



para a gestão ambiental (EAGA) (Layrargues, 1998). Essa proposta pedagógica foi desenvolvida no âmbito do governo federal brasileiro, por José da Silva Quintas e Maria José Gualda, educadores do IBAMA, em 1995, quando realizaram um seminário e construíram um documento sobre essa temática. Nele, Quintas e Gualda (1995) definem o meio ambiente como o fruto do trabalho dos seres humanos, relacionando o meio natural ao social. Em relação a essa questão, percebe-se que a atual gestão, em função da própria formação acadêmica, tem buscado reforçar essa concepção de uso sustentável da natureza e valorizar o conhecimento tradicional (Quadros 07 e 08).

Quadro 07: Visão da Gestora da RESEX-MAR sobre a relação do ser humano e a natureza.

“[...] Eu sou cientista ambiental, mas também fiz bacharel em geografia. Eu vejo muito essa questão do ser humano inserido no meio e essa forma de uso sustentável também. Eu costumo levar muito em consideração essa importância do conhecimento tradicional”.

Fonte: Fala de Beatriz Verçosa Maciel, em conversa informal, em agosto de 2024.

Dentre as atividades mencionadas no Quadro 08, destaca-se o momento em que crianças da rede municipal de Niterói vivenciaram na prática o “Arrasto de Praia”, que é a modalidade de pesca considerada mais tradicional dessa U.C.

Quadro 08: Ação de EA da RESEX-MAR com atividade prática do “Arrasto de Praia”, uma das modalidades da pesca artesanal da RESEX-MAR Itaipu.

“Hoje a Reserva Extrativista Marinha de Itaipu promoveu um Arrasto de Praia, na prainha de Piratininga, com a participação de 21 crianças da UMEI Nina Torres em Piratininga. Com parceria da FIPERJ, Museu de Arqueologia de Itaipu, Projeto Aruanã e o Parque Estadual da Serra da Tiririca, as crianças aprenderam sobre os animais marinhos, sobre como a pesca artesanal funciona na prática, sobre a importância devolver espécies proibidas para o mar, de levar o lixo da praia e ainda participaram de uma oficina de pintura [...]”

Fonte: Niterói, 04 jun. 2024. Instagram: @resexitaipu. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C70CImgRkEa/?img_index=1. Acesso em: 20 jul. 2025.

Os autores Quintas e Gualda (1995) também destacaram que nesse processo de transformação do meio ambiente, são criados e recriados modos de relacionamento da sociedade entre si e com a natureza, sendo essa interação,



vivenciada por sujeitos sociais de classes, etnias e territórios diferentes, podendo apresentar interesses individuais e coletivos, por vezes divergentes. Logo, podemos observar diversos tipos de conflitos de interesses, como a questão dos esportes náuticos, da pesca amadora e dos comerciantes, que disputam o espaço das areias e do mar de Itaipu com a prática da pesca artesanal, por exemplo (Quadro 09).

Quadro 09: O pescador artesanal Jairo Augusto da Silva destaca os atuais desafios.

[...] comecei muito novo na pesca, com 12 anos [...] infelizmente a gente não vê um futuro promissor para a pesca artesanal pelos grandes empreendimentos no litoral, a gente tá vendo a degradação dos ecossistemas, a perda de território, a sobrepesca, um adensamento [...] a pesca artesanal que depende muito de uma tranquilidade dos ecossistemas saudáveis de territórios para o pescador desenvolver as suas atividades. [...] “Ao fazer o balanço da criação da Resex, considero que a ação de barcos industriais melhorou, mas hoje aumentou o esporte náutico”.

Fonte: Fala de Jairo Augusto da Silva, em conversa informal, em julho de 2024.

Muitas vezes tais conflitos estão invisibilizados, porém a EAGA pode contribuir como mediadora desse processo de disputas socioambientais, auxiliando para a preservação de modos de vida e culturas de grupos sociais ameaçados (Stortti, Barbosa, 2022). Além do mais, a presença de conflitos envolvendo as regras de costume muitas vezes funcionam como motivadores da mobilização dos pescadores, pois assim como ocorreu no caso da praia de Itaipu há outros casos similares pelo país. Leite e Gomes (2023), por exemplo, analisaram o contexto de construção sócio-institucional das Resex Marinhas do Pará. Segundo tais autores, a criação destas unidades também foi motivada pelos conflitos desencadeados pela não consideração dessas regras de costume, reconhecidas e legitimadas pelas comunidades tradicionais.

Apesar disso, observamos que esses diversos tipos de conflitos de interesses não costumam aparecer nas ações de EA da Resex-Mar Itaipu. Outro ponto observado é que embora os pescadores artesanais de Itaipu e de Piratininga estejam presentes de alguma forma no processo do planejamento das atividades de EA e da realização das ações, essa atuação ainda é tímida, pois ora eles são



convidados para falarem um pouco, ora se incentiva que os visitantes comprem os seus peixes. Consideramos que os fatores que contribuem para esse quadro é o fato de ainda não existir uma câmara técnica de EA no Conselho Deliberativo da U.C. e um Plano de Manejo que possa orientar as atividades educativas. Sendo assim, a EA realizada por essa Resex tende a ser orientada pelos próprios gestores e embora os conflitos ainda permaneçam, ficam invisibilizados, não aparecem como conteúdo ou como uma ação específica na EA proposta pelo governo estadual, de viés conservacionista (Layrargues; Lima, 2014).

Por outro lado, verificamos que as lideranças dos pescadores artesanais de Itaipu possuem uma larga experiência envolvendo os conflitos socioambientais e atuam intensamente nas esferas políticas envolvendo a sua área de atuação (Quadro 10).

Quadro 10: Jairo Augusto da Silva fala sobre a questão dos conflitos por territórios e atuação dos pescadores em entrevista ao Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI).

[...] “Em 1988 houve a formação da Constituição, mas já vinha um trabalho com a Pastoral da Pesca que começou no Norte incentivando as associações e tal. Que o conflito era muito grande, de terras. E quando começou a especulação imobiliária nos territórios marinhos, nos territórios mais cobiçados, pois o pescador sempre ocupou lugares abrigados e rico em pescado como Itaipu e as lagoas. Todas essas lagoas no estado, no Brasil, no geral. A extensão do nosso país é muito rica em estuário, lagoas, baías. Então, era uma riqueza muito grande da biodiversidade marinha e da fauna silvestre também. A gente sempre teve essa relação muito intensa com os animais. O movimento do peixe, as aves marinhas. Então, eu aprendi muita coisa com os pescadores antigos. Se a ave está subindo ou descendo, a época que a ave vem a gente já sabia, algumas aves indicavam. Até a própria fauna né. Já em 1988, as Colônias começaram a ser livres. Até 1988, as Colônias eram uma autarquia. Então, os pescadores começaram a fazer a gestão da Colônia, sem está tutelado pelo Estado. Em 1988, Chico começou a fazer um trabalho com a ALPAPI em Itaipu com os pescadores e a Associação”[...].

Fonte: RODRIGUES, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qO5eK4v9jCg>. Acesso em: 20 jul. 2025.

Como referido anteriormente, em 1988, após a criação da ALPAPI, já existia uma mobilização dos pescadores artesanais de Itaipu pela defesa da pesca tradicional. Até os dias atuais, o pescador artesanal seu Chico, fundador da ALPAPI, tem atuado ativamente nessa direção. O pescador Jairo Augusto da Silva também



participou dessa associação a partir de 1998. Em 2004, essa liderança local que se integrou à luta pela Resex-Mar Itaipu, ingressou na CONFREM em 2015, ocupando o cargo de Coordenador de Produção e Meio Ambiente. Jairo explicou a intensa relação entre a vida dos pescadores artesanais, o meio ambiente e a luta por direitos, como observado no Quadro 11.

Quadro 11: Jairo Augusto da Silva fala sobre EA em entrevista ao Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI)

“Eu acho que todos os pescadores têm que ter dentro dele a Educação Ambiental. Principalmente o pescador, que vive do recurso natural que é o pescado. E o meio ambiente, além do pescado, tem muitas coisas envolvidas. As bacias hidrográficas, os sistemas lagunares, os corais. Então, isso tudo são berçários e esse trabalho todo foi discutido dentro da Confrem e a gente criou cinco eixos que discute toda essa questão que vai da saúde, a território, direito, documentos, tudo isso que está relacionado com o cidadão que trabalha dignamente merecem ter um pouco dessa estrutura. Falta muita coisa ainda. A gente não tem o subsídio de gasolina, nem de óleo”.

Fonte: RODRIGUES, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qO5eK4v9jCg>. Acesso em: 20 jul. 2025.

Contudo, observa-se que a atual gestora tem buscado maior integração, participação e corresponsabilidade na construção e execução de ações de diversos tipos, bem como a busca de recursos que possam atender as demandas mais imediatas dos diferentes pescadores (Quadro 12).

Quadro 12: Conversa informal com Gestora da Resex-Mar Itaipu

“Já me falaram que eu sou uma das gestoras que dá mais ouvido para eles. Eu estou sempre fazendo reunião, naquele corpo a corpo. Isso já reverteu e eles me recebem muito bem. Eu estou fazendo uma gestão bem participativa e bem construtiva com eles”.

Fonte: Fala de Beatriz Verçosa Maciel, em conversa informal, em agosto de 2024.

Essa perspectiva da gestão ambiental em Unidade de Conservação, como preconiza o SNUC, determina que o Conselho Gestor da Reserva Extrativista seja deliberativo, ou seja, a população tradicional é inserida nos processos de decisão



de políticas e medidas que possam os afetar (Oliveira, 2017 *apud* Leite e Gomes, 2023).

Nesse sentido, o pescador Jairo de Itaipu reforça que a Resex é muito importante, porém considera essencial que o grupo de pescadores tenha autonomia e busque continuamente capacitação para melhor contribuir com a construção e deliberação na gestão pública, como observado no Quadro 13.

Quadro 13: Jairo Augusto da Silva fala sobre EA em entrevista ao Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI)

“O dinheiro é público, o recurso é público, quem paga é a gente, assim como uma organização civil, qualquer ela, seja de classe ou comunitária. Ninguém é dono. Tem o gestor, tem o Estatuto, tem outras ferramentas - Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, mas às vezes não funciona. Mas a grande potência para mim é o quadro social estar fortalecido”.

Fonte: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qO5eK4v9jCg>. Acesso em: 20 jul. 2025.

Chaché (2018) chamou atenção para o fato da “inexperiência do órgão legitimado para criação e gestão de Reservas Extrativistas: o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) com o socioambientalismo”. Em relação ao conselho deliberativo, a autora destacou que embora os pescadores artesanais tenham conquistado a maioria da composição no conselho nos primeiros anos da Resex-Mar Itaipu, este ainda não exercia efetivamente sua função enquanto um espaço de deliberação.

“O silêncio inquietante às vezes compreendido tacitamente como o ‘nada a opor’ dos presentes e a redução do espaço aberto para deliberação aos limites impostos pela lei eram de longe “o mundo real” que esperava dentro do estabelecido no universo jurídico” (Chaché, 2018, p. 03).

Por outro lado, observa-se que ao longo dos últimos anos, houve um esforço para superar o autoritarismo e buscar construir o diálogo emancipatório (Quadro 14).

Quadro 14: Fala da atual gestora da ResexMar, Beatriz Verçosa Maciel.

“[...] É uma surpresa muito positiva a participação do conselho na minha gestão. De início, eu achei que seria bem esvaziado, porque eu acompanhei um pouco o histórico da unidade. Eu estou há pelo menos cinco anos acompanhando diretamente a realidade da Resex. Eu vi que

antigamente as reuniões eram bem vazias. Hoje em dia, eu vejo que os pescadores estão muito fortalecidos, principalmente através da criação de associações.”

Fonte: Fala de Beatriz Verçosa Maciel, em conversa informal, em agosto de 2024.

Conforme destacado acima (Quadro 14), existe uma escuta das demandas dos pescadores e um reconhecimento do conhecimento tradicional por parte dessa funcionária do governo estadual, mas isso não garante que todas essas demandas sejam atendidas e não significa que a ação educativa realizada seja efetiva em torno da valorização da cultura local e contemple os saberes e os fazeres dos pescadores. Paralelamente, um grupo de pescadores artesanais de Itaipu observou a demanda de empoderar a categoria e optou por criar uma associação, a APPREILI, e investir no processo de fortalecimento da cadeia produtiva do pescado da Resex-Mar Itaipu, como observado nos Quadros 15 e 16.

Quadro 15: Conversa informal com Jairo Augusto da Silva sobre a criação da associação.

[...] “Por conta do Edital da FUNBIO [Fundo Brasileiro para a Biodiversidade] surgiu a necessidade de formar a associação. Conversaram com os pescadores e decidiram criar a APPREILI. Vi a necessidade de empoderar os pescadores e seu Chico participou. A adesão foi boa. A mensalidade é 10 reais e tem aproximadamente 64 pescadores, mais os beneméritos”.

Fonte: Fala de Jairo, em conversa informal, em julho de 2024.

Como destacado, os pescadores artesanais de Itaipu têm buscado meios de se fortalecer e uma das formas escolhidas foi a criação de associações, repercutindo inclusive na maior adesão do grupo nas reuniões do Conselho Deliberativo da Resex-Mar. Para aprimorarmos essa reflexão, dialogamos com Loureiro e Cunha (2008) sobre EA no contexto da gestão UCs. A partir do qual, entende-se o processo constitutivo dos conselhos enquanto momento educativo e de exercício da cidadania, já que neste espaço público, estão inscritas as intencionalidades e as disputas dos agentes sociais que participaram do processo, assim como, a concepção que norteará o grupo formado em sua prática de gestão.

Para esses autores, pensar a educação ambiental no contexto dos processos de gestão é estratégico para a reflexão crítica sobre os rumos do desenvolvimento que o país assumiu, já que permite pensar a condição de meio de enfrentamento e mediação dos conflitos ambientais e de potencialização de propostas que visem a sustentabilidade democrática, encarnada por agentes sociais que buscam um padrão civilizatório distinto do vigente.

Para tanto, deve-se considerar a compreensão da realidade das comunidades tradicionais das Reservas Extrativistas Marinhas para além da compreensão usual do território e considerar os espaços de relações das comunidades que “moram na área de terra, mas vivem no mar”. O “maretório” (Santos, 2018) tem sido acionado pelas comunidades pesqueiras que vivem sobre a influência das marés para transmitir a relação de pertencimento e modo de vida no ambiente de entremarés. No contexto de criação das Reservas Extrativistas Marinhas, o termo “maretório” tem se institucionalizado mediante situações de violação do direito costumeiro das populações tradicionais e no enfrentamento dos conflitos socioambientais (Leite e Gomes, 2023).

Caminhando nessa direção, entendemos a importância de analisar as ações de EA no contexto de Resex-Mar, conforme realizado por Ferreira (2018), que investigou as contribuições da EA na gestão da RESEX-MAR Cuinarana-PA, e concluiu que um dos desafios da EA no contexto de Resex-mar é o exercício da cidadania, no sentido do desenvolvimento da ação coletiva voltada para o enfrentamento dos conflitos através de uma perspectiva socioambiental. Para isso, considerou que:

“A educação ambiental deve ter a perspectiva crítica e libertadora de forma a estimular que comunitários e comunitárias sejam sujeitos ativos da gestão do território, atuando de forma integrada com o poder público para a conservação do meio ambiente e valorização de seu território e cultura” (Zemmermann, 2011, p.06 *apud* Ferreira, 2018).



Em diálogo com o conceito do “maretório”, Martins, Stortti, Sanchez (2023) explicitam que existe um projeto da colonialidade do poder, ser e do saber que promove um encobrimento dos sujeitos sociais do Sul Global, logo os pescadores também sofrem com esse processo de racialização e subjugação de seus saberes e fazeres e dos seres não humanos. Esses autores sugerem que pode existir um perspectivismo dos povos originários e afrodiaspóricos que pode contribuir para a des(contra) colonização nessa luta ontológica/epistemológica contra os processos hegemônicos para manutenção do “status quo” do Sistema Mundo Moderno Colonial Capitalista que promovem a universalização, homogeneização instituintes de conflitos, injustiças cognitivas e socioambientais.

E, nessa pesquisa, podemos supor que essa comunidade de pescadores tradicionais pode ter muitos pescadores que são descendentes diretos ou indiretos de povos originários do Rio de Janeiro e dos povos da diáspora africana, que podem contribuir na produção de uma EA de Base Comunitária que se contraponha à tendência conservacionista promovida pelo governo e à colonialidade do poder, do saber e do ser.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos observar, ao longo dos doze anos de Resex-Mar Itaipu, houve diversas experiências envolvendo conflitos socioambientais que se inserem em diferentes macro-tendências, ao mesmo tempo em que afloram a manifestação de muitos tipos de práticas de EA, como apontadas ao longo deste artigo. Em relação ao contexto em estudo, vimos que ao longo desses anos tiveram posicionamentos distintos em relação à participação dos pescadores artesanais e à valorização do conhecimento tradicional. A herança conservacionista do órgão gestor gerou dificuldades iniciais para a efetiva execução de proposta pautada no socioambientalismo.



Contudo, nos últimos anos, observou-se que as potencialidades das práticas educativas e ações coletivas dos pescadores, prerrogativas para o florescimento de um conhecimento de base comunitária, têm contribuído no fortalecimento da mobilização interna por meio do associativismo e no aumento da participação dos pescadores nos Conselhos Deliberativos da unidade e em distintos fóruns de discussão.

Portanto, ressalta-se a importância de um maior diálogo com os pescadores para investigar que EA eles desenvolvem para além da biodiversidade, valorizando a sua sociodiversidade local e as tradições culturais dos pescadores artesanais, destacando o seu “maretório”. Pois, conforme preconizado no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, consideramos importante que a EA feita para/com os moradores, estudantes e com os pescadores não se limite à cadeia produtiva, mas cada vez mais possa contemplar a cultura e a memória local, para resgatar todas as dimensões da ancestralidade que emergem desses territórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: Acsehrad, H.Herculano, S.; Pádua, J,A.. **Justiça ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Fundação Ford. 2004.

ACSELRAD, H. Conflitos ambientais: a atualidade do objeto. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Henrich Boll. 2004.

BARDIN, L.. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRANDÃO, C. R. Participar-pesquisar. In: BRANDÃO, C.R.. (org.) **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo, Brasiliense, 1999.



BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 137,n.138, p.1, 19 jul. 2000.

BRASIL. Decreto 44.417, de 30 set. 2013. Cria a Reserva Extrativista Marinha de Itaipu no Município de Niterói e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, n.1, 01 out. 2013.

CASTRO, C. M. *et al.* Breve introdução a gestão compartilhada de recursos naturais e conflitos territoriais em Itaipu: a criação da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu. In: **PAPESCA em Ação** – Sidney Lianza...[et al.]. -- Rio de Janeiro: Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. SOLTEC/UFRJ, 2013.

CHACHÉ, C. B. Pescadores Deliberando: A construção do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu. In: 31ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA; 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF. **Anais da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Brasília: UNB, 2018.

CONSENZA, A.; MARTINS, I. *Os sentidos de “conflito ambiental” na educação ambiental: uma análise dos periódicos de educação ambiental*. In: **Ensino, Saúde e Ambiente** – V5 (2), pp. 234-245, ago. 2012.

FERREIRA, E. J. A. **Educação Ambiental como instrumento para a gestão na Reserva Extrativista Marinha Cuinarana, Pará**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia), PPGEDAM, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará- UFPA, Belém, 2018.

KANT de LIMA, R & PEREIRA, L.. **Pescadores de Itaipu**: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 1997.

LATINI, J. L. **Memória, Identidade Social e Conflito entre os Pescadores de Itaipu - RJ**. Monografia (Graduação em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. da C.. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. In: **VI Encontro “Pesquisa em Educação Ambiental”**, Ribeirão Preto, set. 2011. Disponível em: <https://shre.ink/t01d>. Acesso em: 10 jul. 2025.

LEITE, E.; GOMES, C.V. Ecologia política da construção sócio-institucional das Reservas Extrativistas nos maretórios do Pará. In: **Revista Desenvolvimento**



Social, vol. 29, n. 1, jan/jun, 2023, PPGDS/Unimontes-MG. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/6842>. Acesso em: 20 jul. 2025.

LOUREIRO, C.F.; CUNHA, C.C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. In: **Ambiente & Sociedade**. Campinas v. XI, n. 2, p. 237-253, jul.-dez. 2008.

MARTINS, M. M. de M. M.; STORTTI, M. A.; SANCHEZ, C.; RUFINO, L.. As Reflexões Afro-pindorâmicas como perspectiva para a descolonização da Educação Ambiental. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, [S. l.], v. 10, p. 1–18, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revisea/article/view/19738>. Acesso em: 31 jul. 2024.

MINAYO, M. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em saúde (3ª ed.). Rio de Janeiro, São Paulo: Hucitec-ABRASCO, 1994.

PESSANHA, E.G. da F. **Os companheiros**: trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu. Niterói: EDUFF, 2003, 156p.

PINTO, MC; MORAES, EA de; IRVING, M. de A. Processo de criação e gestão da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu – Niterói/RJ: o papel dos atores sociais. In: **Anais do VII SAPIS e II ELAPIS**. Florianópolis: UFSC, 2015, p. 519-526. Disponível em: <https://shre.ink/t0nI>. Acesso em: 05 jul. 2025.

QUINTAS, J.S. & GUALDA, M.J. **A formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental**. Brasília: IBAMA. 1995

RODRIGUES, M. U. Pesca em Itaipu: Conhecendo o passado e planejando o Futuro. Niterói, 06 abr. 2022. (Duração 14'16") Publicado pelo Canal Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI). Disponível em: <https://shre.ink/t0UZ>. Acesso em: 20 jul. 2025.

SANTOS, R.. **Ação local em um ambiente marinho amazônico: município e Resex de São João da Ponta (PA)**: aspectos de um movimento socioterritorial inovador. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.



SILVA, H. M.; AVANZI, M. R.. Pesquisa sobre Conflitos Socioambientais e Educação Ambiental: uma análise a partir do EArte. **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**. 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/92706>. Acesso em: 01 dez. 2023.

SIMON, A. Criação da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu: uma reflexão sobre o processo de criação. In: **VII Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social - SAPIS e II Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social - ELAPIS**, 2015, Florianópolis. ANAIS DO VII Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social SAPIS e II Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social - ELAPIS. Florianópolis: UFSC, 2015. p. 23-896. Disponível em: <https://shre.ink/t0WY>. Acesso em: 01 jul. 2025.

STORTTI, M. A.; BARBOSA, A.. Educação Ambiental e licenciamento ambiental, consenso ou embate? Análise a partir dos trabalhos do EPEA. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 17, n. 4, p. 145–165, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/12217>. Acesso em: 01 maio 2020.

STORTTI, M. A.; MENEZES, A.. Educação Ambiental, Ecologia Política e Conflitos Socioambientais: Reflexões para as Práticas e Políticas de Educação Ambiental. Congresso Nacional De Educação Ambiental. In: SEABRA, G. (Organizador). **Educação Ambiental & Biogeografia**. Ituiutaba: Barlavento, 2016. Vol. II. 2762p.. Disponível em: <https://shre.ink/t0Ut>. Acesso em: 17 setembro. 2020.

TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para sociedades sustentáveis e responsabilidade global. Rio de Janeiro: **Fórum da Sociedade Civil**, CNUMAD, 1992. Disponível em: <https://shre.ink/t0oW>. Acesso em: 25 jul. 2025.

